

CrossRef DOI of original article:

# The Australian National Curriculum: The 2012 Reformation

Dirce Djanira Pacheco e Zan

Received: 1 January 1970 Accepted: 1 January 1970 Published: 1 January 1970

---

## Abstract

The study presented here is part of the results of postdoctoral research that aimed to investigate the approved curriculum reform in 2012 and implemented in Australia since then. In addition to seeking to know the organization and functioning of the Australian education system, this article intends, specifically, to explain the process of building the country's national curriculum and identify the dynamics and foundations of the current reform. The methodology used for this research was based on a qualitative, descriptive and analytical approach, based on bibliographic and documentary analysis.

---

*Index terms*— australian curriculum reform, australian education system, neoliberalism.

## 1 I.

Introdução abemos que as políticas neoliberais se desenvolvem de maneiras diferentes em contextos diversos. No caso australiano, a alternância entre os governos trabalhistas e liberais, em geral, representou menor ou maior aprofundamento nos ajustes neoliberais. Conforme Reid (2019), foi o governo trabalhista de Hawke (1983-1991) que lançou as bases para a versão atualmente implementada na Austrália mais severa, embora inicialmente com algumas distinções do neoliberalismo implementado nos EUA e na Inglaterra, e fortemente marcado pelas políticas de bem-estar social.

No período que antecedeu as eleições federais australianas em 2007, o debate em torno de um currículo nacional sinalizava para a relevância da temática tanto para a coalizão do Partido Liberal, no governo, como para seu principal opositor, ou seja, o Partido Trabalhista.

Os argumentos e as justificativas do governo do Partido Liberal para a criação de uma política nacional curricular, se pautavam basicamente nas críticas aos professores, aos estados e aos seus supostos ideólogos, ou defesa de uma escola neutra, o que pode ser comparado ao Brasil quando os professores são acusados de comunistas. Conforme Rose (2015), os ministros do governo do Partido Liberal defendiam a unidade do currículo para corrigir as diferenças entre os estados e resolver o problema da "má qualidade dos professores", ou, como disse a ministra Bishop, "tirar o currículo escolar das mãos de ideólogos nas burocracias de educação do Estado e do Território" (BISHOP, 2006, p. 3 apud ROSE, 2015, p. 115, tradução nossa). De certo modo, este discurso estava em consonância com um movimento internacional na busca pela padronização curricular dos diferentes sistemas educacionais, a partir da orientação de organismos internacionais (APPLE, 2002).

No caso do Partido Trabalhista, os argumentos e as justificativas estavam centradas no fortalecimento do desenvolvimento econômico, considerando a competitividade imposta pela globalização; no atendimento à "migração interna", isto é, ao deslocamento interestadual; e nos resultados, ou melhor, nas variações de resultados entre os estados -por exemplo, as taxas de retenção e desempenho escolar. Observamos, pois, que mesmo ressaltando os argumentos voltados para questões relativas à cidadania é possível afirmar que foram os interesses econômicos as motivações predominantes para a posição assumida pelo Partido.

Em comum entre os dois partidos -Liberal e Trabalhista -estavam as preocupações com o papel da educação no mundo e na economia globalizados e com a defesa da criação de um órgão que elaborasse o currículo nacional. As perspectivas conflitantes podem ser observadas nos documentos elaborados pelos diferentes governos, verificáveis nos objetivos, nos conhecimentos selecionados etc. Importante destacar que a ideia de um currículo nacional encontrou muitas resistências durante esse período por diferentes razões, dentre as quais a falta de clareza sobre os propósitos e os benefícios desse currículo, o que, de certo modo, se observa no longo processo que resultou no atual documento. Para Savage (2016) é possível identificarmos três fases nesse processo que antecedeu ao atual

47 currículo australiano: 1) o desenvolvimento de objetivos nacionais no final dos anos de 1980; 2) as tentativas  
48 fracassadas de um currículo nacional nos anos 1990; e 3) as tentativas rejuvenescidas de consistência nacional nos  
49 anos 2000. Conclui-se que os vinte anos que antecederam à introdução do currículo nacional foram marcados por  
50 intensos debates.

51 Diante desse quadro, interessa-nos neste artigo explicitar mais especificamente o processo de construção do  
52 atual currículo nacional australiano instituído a partir da reforma de 2012, identificando suas dinâmicas e seus  
53 fundamentos. Por fim, cabe destacar que a Austrália é um país em que as reformas de cunho neoliberal não  
54 só se tornaram pioneiras, como também vêm servindo de "exemplo" para muitos países, inclusive o Brasil. A  
55 criação da ACARA foi um marco na política educacional australiana. Essa organização tem ainda hoje um  
56 papel fundamental no desenvolvimento do currículo australiano. Nesse processo, coube à ACARA desenvolver  
57 um Currículo Australiano dos anos iniciais até o 12.<sup>o</sup> ano. Com sua atuação, pode-se verificar, por exemplo,  
58 um estreitamento das relações colaborativas entre os estados, os territórios e o governo federal. Esta perspectiva  
59 também foi observada por Savage (2016), ao afirmar que esta nova estrutura de governança "está gerando novas  
60 redes de políticas horizontais e intergovernamentais, que estão possibilitando a negociação e a transferência de  
61 ideias e práticas de políticas em todo o país de maneiras impossíveis nas décadas anteriores" (p. 843, tradução  
62 nossa). Por outro lado, o autor identificou a existência de sobreposições de políticas nos níveis estadual, federal  
63 e nacional, o que, em sua avaliação, tem gerado confusão sobre os poderes e as responsabilidades dos governos  
64 relativas à política educacional. Para Savage (2016), todavia, a maior tensão refere-se às relações desiguais de  
65 poderes entre os estados e territórios, nas quais se evidencia um domínio da influência dos estados maiores, no caso  
66 Victoria e New South Wales 2 A Declaração de Objetivos Educacionais de Melbourne para Jovens Australianos,  
67 assinada em dezembro de 2008, é um desdobramento da Declaração de Adelaide, em relação aos estados menores.

68 3 Rose (2015) observa que nesse documento a equidade substitui a ideia de justiça social que aparecia  
69 anteriormente na Declaração de Adelaide. A despeito da ambivalência do conceito de equidade, das contradições  
70 em torno deste debate, concordamos com a ideia de que o conceito de equidade é duplamente político, pois  
71 exige a definição de um projeto que busque a igualdade, ao mesmo tempo que reivindica uma posição sobre  
72 qual ideia de igualdade deve orientar esse projeto (LOPEZ, 2005) O processo de criação do currículo australiano  
73 certamente tem relação com as influências dos organismos internacionais e, por conseguinte, com as demandas  
74 da organização da sociedade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento. A despeito dessas influências,  
75 para a maioria dos participantes do estudo de Kunhi (2019) 4, o alinhamento do currículo australiano com as  
76 orientações e recomendações da OCDE -no caso, o "currículo para o século 21" -5 poderia melhorar a posição da  
77 Austrália nos rankings dos testes internacionais. Conforme a autora, acreditava-se também que uma boa posição  
78 na tabela classificatória do PISA poderia validar não apenas o sistema educacional, mas também a economia do  
79 país em escala global. É importante destacar que, mesmo permanecendo acima da pontuação média da OCDE, o  
80 desempenho dos estudantes australianos nas avaliações do PISA estava baixando desde o primeiro teste realizado  
81 em 2000. A pontuação dos estudantes australianos em Leitura caiu de 528 pontos, em 2000, para 503, em 2015;  
82 em Matemática a pontuação caiu de 524 pontos, em 2003, para 494 pontos, em 2015. (AUSTRÁLIA, 2017-2018).

83 Como identificado nas pesquisas analisadas, o exame dos documentos oficiais evidencia a presença de  
84 discursos pautados nos ideais de concorrência, eficiência, qualidade e padronização, que são marcas do discurso  
85 neoliberal. Destaca-se também, no caso australiano, a identificação do currículo como elemento importante para  
86 competitividade econômica, seguindo a lógica do "capital humano" e da mercantilização do conhecimento. Nesta  
87 perspectiva, o conhecimento, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, é entendido  
88 como essencial para o desenvolvimento econômico. As citações seguintes referem-se respectivamente à Declaração  
89 de Melbourne e ao Donnelly-Wiltshire Review -Revisão Donnelly-Wiltshire, que veremos adiante.

90 No século 21, a capacidade da Austrália de fornecer uma alta qualidade de vida para todos dependerá da  
91 capacidade de competir na economia global por conhecimento e inovação. A educação equipa os jovens com o  
92 conhecimento, a compreensão, as habilidades e os valores para aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios  
93 desta época com confiança. (AUSTRÁLIA, 2008, p. 4, tradução nossa) Dentro do currículo australiano, o objetivo  
94 da educação é tornar a economia australiana mais eficiente e produtiva, ensinando habilidades e competências  
95 relacionadas ao trabalho (AUSTRÁLIA, 2014, p. 28, tradução nossa).

96 O professor Reid (2009) fez uma contundente crítica ao processo de desenvolvimento do currículo nacional  
97 australiano, salientando contrassensos relativos à proposta de construção desse documento, entre eles: a  
98 desconexão entre os objetivos e as metas declarados; a repetição do "currículo do passado"; a falta de quadro  
99 conceitual coerente; a falta de compreensão das questões de equidade e currículo, dentre outras. Nas palavras  
100 do autor: Scarini (2018), por sua vez, reconhece que em todo processo de construção curricular é necessário um  
101 grande esforço político para alcançar um mínimo de consenso. Contudo, em sua opinião, é preciso questionar se no  
102 caso australiano o processo político não teria ofuscado o debate sobre as bases conceituais que deveriam sustentar  
103 o currículo e as consequências da ausência dessas discussões para efetivação do currículo nas escolas. A autora  
104 afirma desconhecer, por exemplo, a existência de um processo de discussão sobre o conceito de aprendizagem;  
105 sobre o perfil dos estudantes, suas histórias de vidas e conhecimentos prévios; sobre as noções de saber e  
106 conhecimento, isto é, sobre a natureza do conhecimento; sobre a visão do currículo como um todo e sobre o  
107 processo de desenvolvimento, consulta e consenso em torno do currículo. Desse modo, uma forte base conceitual  
108 é indispensável para toda reforma curricular que se pretenda duradoura e consistente, uma vez que, "abre

---

109 espaço para o trabalho intelectual de compreensão, discussão, contestação e conceptualização sobre questões  
110 fundamentais para educação” (SCARINI, 2018, p. 27, tradução nossa).

111 Observamos, também, que no processo de construção do currículo australiano, outras experiências interna-  
112 cionais foram tomadas como modelos. Durante a consulta sobre o esboço do Currículo Australiano, a ACARA  
113 realizou um processo de mapeamento a partir de comparações internacionais, que envolveu uma análise de  
114 Dada a variedade de questões não resolvidas “[...], a rapidez e a limitada extensão dos processos de consulta  
115 e implementação são preocupantes. A consulta para os enquadramentos de documentos produziu um pequeno  
116 número de respostas. Por exemplo, havia 82 apresentações escritas para o History Framing Paper e apenas  
117 220 respostas da pesquisa” (NCB, 2009c, p. 17). Embora algumas destas respostas sejam de Associações que  
118 representam muitos professores, esta ainda é uma taxa de resposta muito baixa dos 250.000 professores do país e  
119 lança algumas dúvidas sobre o nível de envolvimento da profissão com o processo (REID, 2009, p. 18, tradução  
120 nossa).

121 Por fim, cada esboço de área ou disciplina foi revisado e publicado com o endosso do Conselho Ministerial.

122 Inicialmente o processo de implementação do novo currículo foi previsto para começar em 2011, no entanto,  
123 estendeu-se o prazo para até dois anos. Existia um entendimento de que a natureza e o momento de  
124 implementação dependiam dos estados e das escolas individualmente, desde que houvesse um processo substancial  
125 de implementação em todas as escolas até o final de 2013 (MCGAW, 2010).

## 126 2 III. Processo de Implementação do Novo Currículo

127 De fato, o processo de implementação do novo currículo só se iniciou em 2012. É interessante registrar que  
128 existiram diferentes calendários para sua implementação nos diversos estados e territórios, o que também  
129 aconteceu com relação às áreas e disciplinas e com as abordagens e os formatos pedagógicos. Essa variação no  
130 processo de implementação resultou da influência de fatores como a adesão e a iniciativa dos sistemas escolares  
131 e a disponibilidade de recursos. Rose Neste ínterim, com a vitória da coalizão que elegeu o Partido Liberal,  
132 em setembro de 2013, o debate em torno do novo currículo nacional se caracterizou por tensões políticas e  
133 ideológicas. Em janeiro de 2014, em pleno processo de implementação, a ministra da Educação indicada pela  
134 coalizão liberal eleita, encomendou uma revisão do currículo, chamada de Revisão de Donnelly-Wiltshire 7 Em  
135 que pese a continuidade da política elaborada a partir de 2008 no governo trabalhista, a , nome dos dois revisores  
136 escolhidos para produzir o documento.

137 Por outro lado, o anúncio de uma revisão apressada sem sólidas justificativas enquanto as escolas e os professores  
138 ainda estavam no processo de apropriação do novo currículo e do ajustamento das quatro primeiras áreas ou  
139 disciplinas (Matemática, Inglês, Ciências e História) e ainda se preparavam para execução das outras, gerou  
140 frustrações e desconfianças. Tais sentimentos foram alimentados também pela afiliação à ideologia conservadora  
141 das revisões e dos especialistas nomeados para realizar as avaliações das áreas de aprendizagem que se confirmaram  
142 com a publicação do documento da revisão em outubro de 2014, após o habitual processo de consulta. 7 Para  
143 Savage (2016), por trás desse processo também estava a evidente preferência do governo liberal por um “modelo  
144 mais coordenado de federalismo”, com definições mais claras das responsabilidades entre os governos federal e  
145 estaduais; o objetivo seria garantir tanto quanto possível a soberania dos estados e territórios. Além disso, entre  
146 as propostas de revisão apresentadas pelo novo governo, colocaram-se em discussão a estrutura e o papel da  
147 ACARA, retratada como ineficiente, obscura, esbanjadora de recursos e autoritária. Como recomendação, a  
148 revisão sugeriu a reconstrução da ACARA como uma empresa independente e distante do . O documento é mais  
149 contundente com relação à comparação com modelos internacionais, ou melhor, a comparação com os países com  
150 contexto semelhante ao da Austrália -o caso da língua Inglesa, por exemplo -, que apresentam bom desempenho  
151 em testes internacionais. Nesse sentido, a Inglaterra foi tomada como um modelo de referência, dentre outras  
152 razões, pela similaridade entre a Austrália e o contexto inglês, conforme o texto:

153 Como um elemento-chave desta revisão, foi realizada uma pesquisa abrangente sobre a experiência interna-  
154 cional, especialmente em relação aos sistemas de alto desempenho e aqueles com um contexto semelhante ao da  
155 Austrália (grifos nossos). Isso incluiu entrevistas com funcionários-chave da OCDE em Paris e entrevistas em  
156 Londres com uma série de especialistas e funcionários envolvidos com a recente revisão do currículo na Inglaterra  
157 (AUSTRÁLIA, 2014, p. 32, tradução nossa). ministro da Educação e dos departamentos de educação.

158 Em 2015 o Conselho de Educação encaminhou as propostas, e a ACARA considerou as 30 recomendações.  
159 Conforme Reid (2018), ocorrem mudanças no texto de algumas áreas e disciplinas. Entre as mudanças, destacam-  
160 se o “aumento da presença de fonética e a ‘desmotivação’ do currículo, combinando história, geografia, educação  
161 cívica e de cidadania e economia e negócios em um assunto nos primeiros anos a ser chamado de humanidades  
162 e ciências sociais” (REID, 2018, p. 14, tradução nossa). Contudo, para o autor, a ACARA e o Conselho  
163 Educacional ignoraram a grande maioria das recomendações da revisão. Em suas palavras, “todo o processo -de  
164 revisão -é uma história paralela na jornada rumo ao primeiro currículo nacional da Austrália” (p.14, tradução  
165 nossa). Mesmo assim, tratouse de exercício político e não educacional dado o momento inapropriado, ainda no  
166 processo de implementação, e a filiação ideológica dos revisores que já indicavam de antemão um resultado em  
167 desacordo com as orientações da ACARA.

168 Porquanto o processo de implementação e monitoramento do currículo nacional continuassem em andamento,  
169 a próxima revisão do currículo australiano estava prevista para 2020. De acordo com Reid (2018), todavia,

## 4 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

---

170 o entusiasmo é menor, posto que, em muitos estados -ele cita Victoria e New South Wales em particular -a  
171 abordagem nacional vem sendo diluída e/ ou adaptada aos currículos locais.

172 A partir da provocação do autor, verificamos que o estado de New South Wales, em 2019 ainda estava em  
173 processo de implementação do currículo nas escolas. A área de aprendizagem de Inglês e Matemática para o  
174 Secundário Sênior, anos 11 e 12, foi implementada apenas em 2017; Ciências para os anos 7 ao 10, em 2018; na  
175 área de Sociedade humana e seu ambiente, o componente Geografia estava em processo de incorporação em 2019,  
176 já no caso da área de Artes criativas, o processo de incorporação ainda estava para acontecer. Ver Tabela 1. Os  
177 dados sobre todas as Áreas ou disciplinas estão disponíveis em: <https://educationstandards.nsw.edu.au>. A  
178 letra F (Fundação/foundation) deu lugar ao termo 'Jardim de Infância' em outubro de 2010. Nesta pesquisa o  
179 termo foi traduzido para Educação Infantil. Dados atualizados em dezembro de 2022, conforme informações do  
180 site.

181 Diante desse quadro, surgiram várias questões que, embora estejam além do escopo deste estudo, evocam  
182 novas pesquisas que se relacionam principalmente com a questão apresentada pelo professor Reid (2018) sobre  
183 a existência de um currículo nacional ou de diversos currículos com algumas características em comum. "Se  
184 a Austrália tem um currículo nacional ou uma diversidade de currículos oficiais com algumas características  
185 comuns" (p. 15, tradução nossa), é, segundo o autor, uma questão que merece ser explorada com cuidado.

### 186 3 IV.

## 187 4 A Organização Curricular

188 Como exposto, a ACARA é responsável pelo desenvolvimento do currículo nacional, mas a implementação  
189 do currículo australiano, incluindo as horas de ensino 10, está sob a autoridade de cada jurisdição estadual  
190 ou território. De modo geral, o governo federal australiano apoia a implementação do currículo australiano  
191 fornecendo projetos e programas direcionados e alinhados ao currículo nacional. A título de ilustração a Quadro  
192 1 descreve a organização do sistema de ensino da Austrália. Conforme documentos da ACARA, nos anos 9 e 10 a  
193 aprendizagem em todo o currículo prepara os alunos para atividades cívicas e sociais e para participação econômica  
194 fora da escola. Os alunos têm a oportunidade de fazer escolhas sobre o aprendizado e especializar-se em áreas que  
195 lhes interessam. Ainda segundo a instituição, nesse ponto, os alunos reúnem seus conhecimentos e experiências  
196 para considerar possíveis caminhos para o estudo no secundário sênior (que se aproxima do Ensino Médio no  
197 Brasil) e na educação profissional. Nos anos 9 e 10 o currículo inclui um componente opcional denominado  
198 Estudos do trabalho que, segundo o documento oficial, visa garantir desenvolvimento do "conhecimento do  
199 mundo do trabalho e a importância das capacidades de aprendizagem ao longo da vida para gerenciar carreiras,  
200 mudanças e transições em um futuro incerto e em mudança" (AUSTRALIAN CURRICULUM, 2019, tradução  
201 nossa). Além disso, nos Anos 9 e 10 os alunos têm a oportunidade de especializar-se em assuntos de seu próprio  
202 interesse, a partir de um conjunto de disciplinas opcionais.

203 A título de ilustração, apresentaremos a seguir a organização do currículo no estado de New South Wales, o  
204 estado que possui o maior número de estudantes. Como segue: A implementação de um programa de idiomas é  
205 opcional na escola primária -Educação Infantil ao ano 6.

206 A Autoridade Curricular de NSW fornece um guia para alocações do tempo que as escolas devem usar de acordo  
207 com suas próprias políticas, mas respeitando as orientações da NESA. ? Estudo da matemática é obrigatório, do  
208 jardim de infância ao ano 10. ? Estudo de Inglês é obrigatório do jardim de infância ao ano 12.

209 ? Artes criativas é disciplina obrigatória para alunos do jardim de infância ao ano 6. ? Na sociedade humana  
210 e seu ambiente (HSIE), os assuntos de história e geografia são obrigatórios, do jardim de infância ao ano 10, onde  
211 os alunos estudam conceitos e habilidades históricas e geográficas específicas.

212 Volume XXIII Issue II Version I 66 ( ) No Currículo do Ensino Secundário Sênior, anos 11 e 12, as 15 disciplinas  
213 secundárias são organizadas em 4 unidades, sendo que as 2 unidades finais são projetadas para terem um nível de  
214 dificuldade maior em termos de desenvolvimento do que as 2 primeiras: 1 unidade é um componente do conteúdo  
215 que pode ser ensinado em cerca de metade do ano escolar (50-60 horas), incluindo avaliações e exames. Os  
216 estados e os territórios determinam a organização das disciplinas e a forma como os conteúdos e os padrões de  
217 desempenho são integrados.

218 A Educação Profissional ou Educação e Treinamento Vocacional -VET -é incluída nos programas de Certificado  
219 de Ensino Secundário Sênior. Os estudantes podem optar pela educação profissional, como parte de um  
220 Certificado Secundário Sênior, e sua conclusão fornece crédito para outras certificações dentro da Estrutura  
221 de Qualificações Australiana (AQF). Segundo o documento Visão Geral do Secundário Sênior (Senior secondary  
222 overview), além de obter o certificado de Ensino Médio, o acesso ao VET durante este nível de ensino oferece aos  
223 alunos oportunidades de obter uma qualificação profissional reconhecida pelo setor produtivo ou um progresso  
224 substancial para conseguir uma. O treinamento vocacional durante o Ensino Médio possibilita, segundo os  
225 documentos examinados, uma diversidade de oportunidades pós-escolares.

226 A Estrutura Australiana de Qualificação (AQF) foi criada em 1995 e agrega todas as qualificações do setor  
227 de ensino superior (ensino superior e ensino e treinamento vocacional). Entre os objetivos da AQF destacam-se  
228 a unificação da formação profissional e da certificação profissional em todo o território nacional, facilitando não  
229 apenas as transferências, mas também a elevação do nível de formação (AUSTRALIAN QUALIFICATIONS  
230 FRAMEWORK, 2013).

---

231 O currículo prevê uma flexibilidade para que os alunos se movimentem entre as disciplinas. Todavia, a  
232 flexibilidade de escolha dos alunos é regulamentada pelas escolas, pelas autoridades e pelas agências curriculares  
233 de cada estado e território, incluindo aconselhamento sobre pontos de entrada e saída e crédito para o estudo  
234 concluído (AUSTRALIAN CURRICULUM, 2019, tradução nossa) É importante destacar que, conforme previsão,  
235 o currículo nacional foi revisado: segundo informação no site da Australian Curriculum, o processo de revisão  
236 começou em junho de 2020 e foi concluído no final de 2022. A nova versão do currículo pode ser consultada no  
237 referido site, sendo um importante objeto para novas pesquisas.

238 V.

## 239 5 Conclusão

240 Como apontado na introdução deste artigo, os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa que teve  
241 como objetivo investigar a reforma curricular australiana, aprovada em 2012 durante o governo do Partido  
242 Trabalhista. Também foram objetos de análise a organização e a estrutura do sistema de ensino australiano.  
243 A título de informação destacamos o artigo publicado em 2022, no qual incluímos a forma como se apresentam  
244 as desigualdades nos sistemas de ensino da Austrália (SANTOS; ZAN, 2022). No que tange ao objetivo deste  
245 texto buscamos, mais especificamente, apresentar a organização curricular e explicitar o processo de construção  
246 do currículo nacional da Austrália, identificando as dinâmicas e os fundamentos da atual reforma curricular  
247 desenvolvida no país.

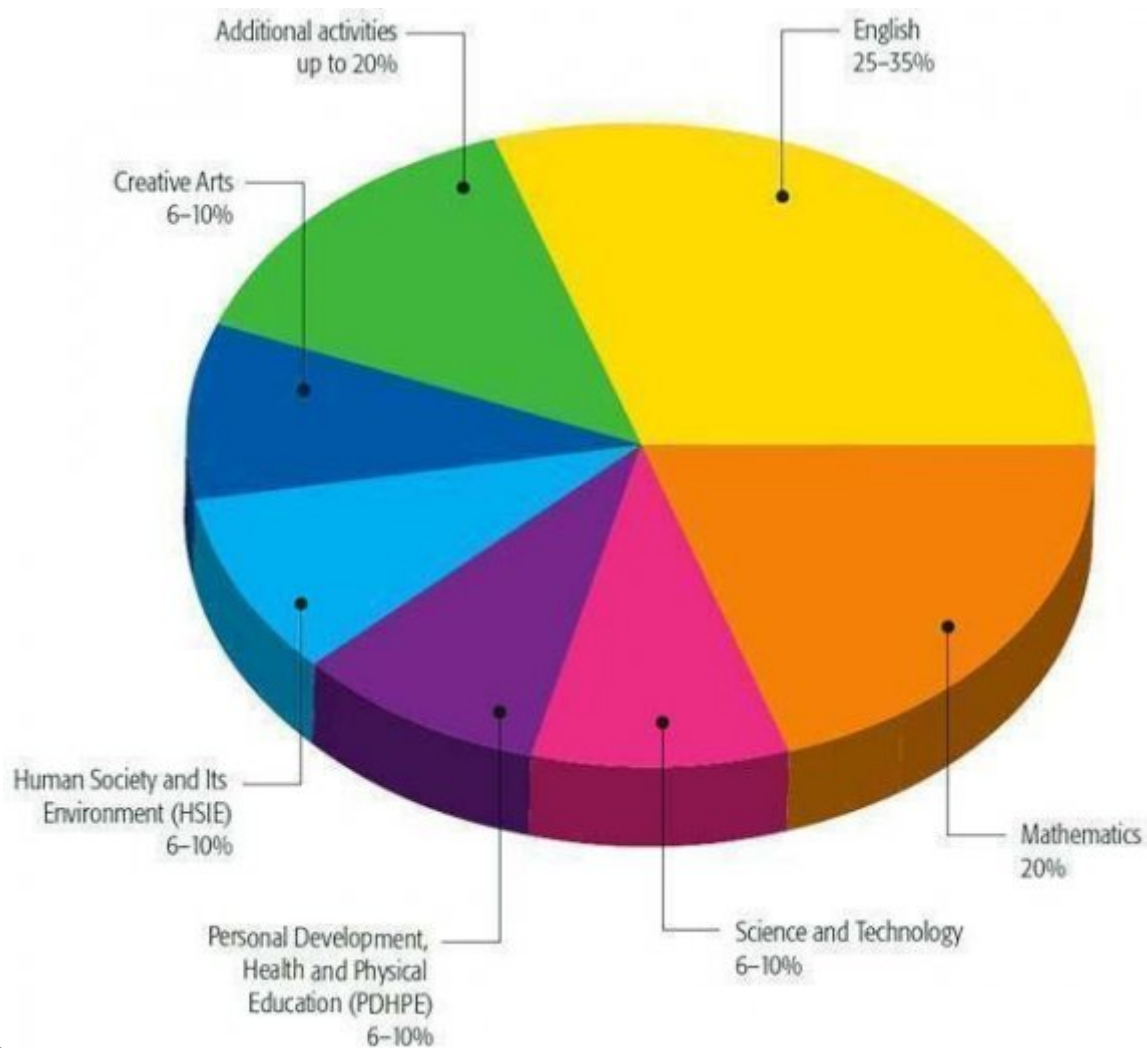
248 Com base nos documentos legais e nas pesquisas aqui examinados, pode-se concluir que a reforma curricular  
249 australiana decorre de um longo processo de disputas e divergências políticas e ideológicas em torno do currículo,  
250 embasada nos projetos sociais e educacionais ligados aos governos do Partido Liberal e do Partido Trabalhista.  
251 Uma disputa em torno do que deveria ser ensinado para as crianças e os jovens na Austrália. Parece-nos,  
252 pois, legítimo afirmar que os interesses econômicos foram centrais para as tomadas de decisão. Observa-se um  
253 arrefecimento da concepção de igualdade, em detrimento da ideia de equidade capturada pela lógica neoliberal.  
254 Nesse sentido, podemos afirmar que a reforma curricular na Austrália foi fortemente marcada pelo ideário  
255 neoliberal.

256 Sem desconsiderar os avanços e os benefícios relativos à implementação do currículo nacional, as pesquisas  
257 analisadas apontam para importantes críticas ao processo de elaboração do currículo australiano que retomamos  
258 aqui: a desconexão entre os objetivos e as metas declarados; a repetição do "currículo do passado"; a falta  
259 de quadro conceitual coerente; a falta de compreensão das questões de equidade e currículo (REID, 2009). O  
260 possível ofuscamento do debate sobre as bases conceituais que deveriam sustentar o currículo, e as consequências  
261 da ausência dessas discussões para efetivação do currículo nas escolas pelo processo político (SCARINI, 2018). Em  
262 especial, a descrença na capacidade de superação das desigualdades apenas por meio do currículo (DRABSCH,  
263 2013).

264 Uma questão que nos parece bastante significativa foi levantada por Reid (2018) e por Savage (2016): na  
265 Austrália é possível afirmar que existe um currículo nacional na prática? É importante considerar a complexidade  
266 do terreno político, que envolve, entre outras coisas, interesses e finalidades ideológicas, lembrando que o processo  
267 de desenvolvimento do currículo foi de responsabilidade da ACARA, mas que o processo de implementação tem  
268 sido de responsabilidade dos estados e territórios. Além disso, o desenho político de afinidade entre o governo  
269 federal e os estados e territórios, que possibilitou o desenvolvimento do currículo nacional, mudou durante o  
270 processo de implementação. Vimos que o cronograma de implementação do currículo nacional variou de estado  
271 para estado: em NSW as áreas de Inglês e Matemática para educação primária -anos iniciais ao ano 10 -foi  
272 incorporada em 2012, mas, na educação secundária sênior -anos 11 e 12 -só foi incorporada em 2017, e a área de  
273 Artes ainda não foi incorporada ao currículo do estado até o momento.

274 Concluímos com questões levantadas por Reid (2018) sobre as evidências relativas às justificativas para o  
275 desenvolvimento de um currículo nacional, tais como: por que um currículo nacional afetaria a taxa de retenção?  
276 Existem indícios de que um currículo nacional possa ser mais eficiente do que um currículo local? O que há na  
277 Austrália que torna um currículo nacional tão importante no contexto da globalização? (REID, 2018, p.15). E  
278 a questão mais importante e duradoura, segundo o autor: em que medida a estrutura e o conteúdo do currículo  
279 nacional contribui para o desenvolvimento de jovens capazes de desempenhar um papel produtivo e ativo nos  
280 esforços pessoais e colaborativos necessários para enfrentar os desafios dos tempos contemporâneos em nível local,  
281 nacional, regional e global? (REID, 2018). Para o autor este é um debate que ainda precisa ser feito e incorporado  
282 ao contexto educacional da Austrália.

283 Por fim, cabe-nos destacar a necessidade de olhar para os modelos indicados como exemplos de sucesso, como  
284 no caso da reforma curricular australiana, desvelando seus limites e contradições, de modo a não cair na armadilha  
285 das discussões que desconsideram o contexto sociopolítico das diferentes realidades nacionais.



20201

Figure 1: Fonte: NSW, 2020 Figura 1 :

---

No "Acordo Nacional de Educação", assinado em janeiro de 2009, o governo federal, os estados e os territórios acordaram a implementação do currículo nacional. Nesse documento, estabeleceu-se que os três seriam incumbidos de desenvolver e manter o currículo juntamente com o órgão responsável -naquele momento, o Conselho Nacional de Currículo -, cabendo aos estados e aos territórios a tarefa de sua implementação.

Em maio de 2009 o Conselho foi transformado na Autoridade Australiana de Currículo, Avaliação e Relatórios (ACARA), uma autoridade estatutária independente, criada por lei e composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um representante do governo federal, um representante de cada estado e o

#### II. Processo de Construção do Atual

##### Currículo Nacional Australiano:

Motivações E fundamentos

Não obstante, os primeiros passos em direção ao currículo nacional, ainda no governo Trabalhista Rudd/Gillard (2007-2013), foram dados com a criação em dezembro de 2007 do Conselho Nacional de Currículo, composto por representantes de cada um dos estados e territórios e três representantes dos setores das Escolas Católica e Independente. O Conselho tinha como tarefa desenvolver o primeiro currículo nacional da Austrália para as áreas de Inglês, Matemática, Ciências e História.

Figure 2:

[Note: 1 A]

Figure 3:

O desenvolvimento de construção do currículo na Austrália foi organizado em quatro etapas, a saber: 1) definição do formato do currículo; modelagem; 2) redação do currículo; 3) preparação para implementação; 4) monitoramento, avaliação e revisão do currículo. Inicialmente o processo previa o desenvolvimento do currículo para áreas ou disciplinas de Inglês, Matemática, Ciência e História. Segundo Reid (2018), não existiu uma justificativa para a escolha inicial dessas áreas ou disciplinas, nem tampouco indicação de quando os outros conteúdos curriculares seriam incluídos, o que gerou uma tensão entre os profissionais representantes dos outros conteúdos curriculares, que passaram a reivindicar espaço no novo currículo nacional. Desse modo, uma segunda fase foi autorizada e envolveu o desenvolvimento do currículo de Geografia, Línguas e Artes; em um terceiro momento foram incluídos: Saúde e Educação Física, Tecnologia da Informação e Comunicação -TIC -, Design e Tecnologia, Economia, Negócios e Civismo e Cidadania.

Segundo a ACARA (2012b, p. 06), "o processo de desenvolvimento do Currículo Australiano foi pensado com o objetivo de gerar amplo engajamento, debate e participação nas decisões sobre sua forma e seu conteúdo". Diferentes grupos e representações estavam envolvidos no trabalho: Conselho Permanente da Primeira Infância e da Educação Escolar (SCSEEC); Comitê de Altos Funcionários para Assuntos da Juventude; Desenvolvimento da Primeira Infância e Educação Australiana (AEEYSOC); Conselho da ACARA; Grupo Curricular da ACARA; Grupo de Referência dos Currículos anos iniciais até o 12.º ano; Redator-chefe; Redatores de currículo; Grupos de

consulta por disciplina; Grupos de consulta entre as

áreas de conhecimento e outros grupos de consulta e

grupos de trabalho. Com relação aos espaços de

consulta e participação, constam: Painéis nacionais;

Fóruns nacionais; Fórum dos diretores curriculares;

Escolas de participação intensiva. O papel e a

responsabilidade de cada grupo ou representação,

semelhanças e diferenças entre o Currículo

Australiano e os currículos internacionais em Inglês,

Matemática e Ciências. Os países selecionados para

comparação foram Canadá (Ontário) e Nova Zelândia

para a área de Inglês; Singapura e Finlândia para

Matemática; e Canadá (Ontário) e Finlândia para

Ciência. Os critérios e os resultados desse mapeamento foram

organizados no documento



---

Figure 5:

Revisão de Donnelly-Wiltshire (2014) é um documento bastante interessante porque assimila de forma explícita a nova conjuntura política e ideológica. O documento diverge da Declaração de Melbourne (2008) em pontos importantes referentes aos princípios, aos objetivos e aos conhecimentos selecionados. Só para exemplificar, a Revisão de Donnelly-Wiltshire inicia argumentando que o Currículo Australiano não prestou atenção suficiente ao impacto da civilização ocidental e da cultura judaico-cristã no desenvolvimento da Austrália, em suas instituições, ou seja, na sociedade australiana e em sua cultura geral. O texto da Declaração de Melbourne, por outro lado, evoca o respeito à diversidade social, cultural e religiosa, especialmente em relação à história e à cultura dos povos aborígenes e dos povos das Ilhas do Estreito de Torres e da relação da Austrália com a Ásia. Os autores da revisão atribuem adjetivos como "simplista" e "politizado" ao currículo australiano. Outro ponto de divergência é a perspectiva curricular para o século 21 adotada pela Declaração de Melbourne: o tom adotado na Revisão Donnelly-Wiltshire em relação ao "currículo para o século 21" foi de ceticismo e crítica 8

Figure 6:

1

Currículo Australiano Área(disciplina)/Ano	Ano da publicação do programa NSW, que incorpora o conteúdo do currículo australiano
Matemática (F -10)	2012
Matemática Essencial (Secundário Sênior)	2017
Matemática Geral (Secundária Sênior)	2017
Métodos Matemáticos (Secundário Sênior)	2017
Especialista em Matemática (Secundário Sênior)	2017
Inglês (F -10)	2012
Inglês (Secundário Sênior)	2017
Inglês como idioma ou dialeto adicional (ensino médio)	2017
Inglês Essencial (Secundário Sênior)	2017
Literatura (Secundário Sênior)	2017
Ciências Humanas e Sociais (F-6/7) História (7-10)	2012
Economia e negócios (7-10) Educação cívica e cidadania (7-10)	2015
Estudos do Trabalho (7-10)	2019
História Antiga (Secundária Sênior)	2017
Geografia (Secundário Sênior)	Atualmente em desenvolvimento
História Moderna (Secundária Sênior)	2017
Artes-Dança, Drama, Media Arts, Música e Artes Visuais (F -6)	Atualmente em desenvolvimento
Artes -Dança (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer
Artes -Drama (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer
Artes -Música (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer
Artes -Música (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer

Figure 7: Tabela 1 :

---

O Quadro 2 ilustra essa organização:

Quadro 2: Áreas de aprendizagem

Disciplinas

Inglês

Inglês como idioma ou dialeto adicional, inglês essencial e literatura.

Matemática

Matemática Essencial, Matemática Geral, Métodos Matemáticos, Matemática Especializada.

Ciências

Biologia, Química, Ciências da Terra e do Ambiente e Física.

Ciências Humanas

Educação Infantil -6/7 Ciências Humanas e Sociais, 7-10 Cívica e Cidadania, 7-10 Economia e Negócios, 7-10 Geografia e 7-10 História

Artes

Dança, Teatro, Artes Midiáticas, Música e Artes Visuais

Tecnologia

Design e Tecnologias e Tecnologias Digitais

Quadro 1: A formação escolar na Austrália Saúde e Educação Física Saúde Pessoal, Social e Comunitária e

Nível escolar Idiomas

Duração Estrutura para as línguas aborígenes e as línguas das ilhas

Educação primária, incluindo um ano anterior ao 1º ano

sete ou oito anos começando no Jardim da Infância/Preparatório Tu

Educação secundária

Três ou quatro anos

Educação secundária sênior

Dois anos

Dos anos iniciais -Educação Infantil -ao ano

10, o atual Currículo Nacional Australiano está

organizado em três eixos:

1) As áreas de conhecimento: disciplinas -Inglês, Matemática, Ciências, Saúde e Educação Física, Artes, Hu

O conhecimento disciplinar, as habilidades e compreensão são descritos nas oito áreas de aprendizado. Em c

especificam o que os jovens aprenderão, e os padrões de desempenho descrevem a profundidade do entendim

(ACARA/Australian Curriculum, 2019, tradução nossa).

2) Capacidades gerais: Letramento, Alfabetização matemática, Capacidade em tecnologia da

informação e da comunicação (TIC), Pensamento

crítico e criativo, Capacidade social e pessoal,

Comportamento ético e Entendimento intercultural.

[Note: Fonte: Elaboração própria, com informações de ACARA/Dados \*No Estado da Austrália do Sul a Educação secundária começa no Ano 8Fonte: Elaboração própria, com informações de ACARA/Australian Curriculum (2019). \* Os números referem-se ao ano escolar da oferta.]

Figure 8:

---

<sup>1</sup>Estudo sobre a produção e implementação da política curricular na Austrália, mais especificamente do denominado "Currículo para o século 21"; entre outros achados, a autora destaca alguns elementos que motivaram/mobilizaram a reforma do currículo na Austrália., 5 Conforme Halasz & Michel (2011), um 'currículo para o Século 21' reflete um forte discurso global, mobilizado pela OCDE a partir de 2003, segundo o qual o "currículo para o século 21" refere-se às © 2023 Global Journals Volume XXIII Issue II Version I 59 ( )

<sup>2</sup>The Australian National Curriculum: The 2012 Reformation competências necessárias na formação dos jovens do Século 21.

<sup>3</sup>Na minha opinião, a agenda da educação nacional é muito díspar, com suas partes componentes desconectadas ou pelo menos inconsistentes, uma com a outra. No entanto, há muito que vale a pena sobre a agenda e não é tarde demais para construir sobre o que foi alcançado através do desenvolvimento de uma narrativa geral para a "revolução", que se baseia na melhor evidência e prática de pesquisa, intimamente envolve a profissão em seu desenvolvimento e evita estratégias antiquadas. Uma genuína revolução educativa buscará no futuro não as certezas do passado.(REID, 2009, p. 23, tradução nossa)

<sup>4</sup>Link completo para os dados: <https://educationstandards.nsw.edu.au/wps/portal/nesa/k-10/understanding-the-curriculum/curriculum-syllabus-abuses-NSW/nsw-and-the-australian-curriculum10> O documento Curriculum Design Paper (Documento sobre o desenho do currículo) de 2013, apresenta as Áreas de aprendizagem ou disciplinas para os relatores, um indicativo das (horas) que orientou a elaboração do currículo nacional.

<sup>5</sup>© 2023 Global Journals The Australian National Curriculum: The 2012 Reformation

287 [Santos and Sousa] , Danielle De Santos , Sousa .

288 [Zan and Djanira Pacheco E. O Sistema De Ensino Australiano] , Dirce Zan , Djanira Pacheco E. O Sistema De  
289 Ensino Australiano . (um olhar sobre as desigualdades educacionais. Educação em Revista, v. 38, 2022)

290 [/09/150121\_ProcessoDesCurr\_vf-1.pdf. Acesso em: 02 out ()] /09/150121\_ProcessoDesCurr\_vf-1.pdf. Acesso  
291 em: 02 out, 2018.

292 [Apple ()] ‘A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?’. Michael Apple .  
293 MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Thomaz Tadeu (orgs.) Currículo, Cultura e Sociedade, (São Paulo)  
294 2002. Cortez.

295 [Kunhi and Abdulla ()] *An analysis of 'c21 curriculum policy' within Australian contexts. Thesis submitted in*  
296 *fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Education The University of Western Australia,*  
297 Zahira P A Kunhi , Abdulla . 2019.

298 [Australia and Curriculum ()] *Assessment and Reporting Authority Act*, Australian Australia , Curriculum .  
299 <https://www.legislation.gov.au/Details/C2008A00136>. Acesso em 2008. 2008. 2018. p. 2.

300 [Australia ()] ‘Australian Qualifications Framework’. Australia . [https://www.aqf.edu.au/](https://www.aqf.edu.au/what-is-the-aqf)  
301 [what-is-the-aqf](https://www.aqf.edu.au/what-is-the-aqf) Disponível 2013. 2019. p. 3.

302 [Agência Australiana De Currículo ()] *Avaliação e Disseminação. O formato do Currículo Australiano, versão*  
303 *4.0*, Acara Agência Australiana De Currículo . [http://movimentopelabase.org.br/wp-content/](http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/150121_TheShape_vf-1.pdf)  
304 [uploads/2015/09/150121\\_TheShape\\_vf-1.pdf](http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/150121_TheShape_vf-1.pdf). Acesso em 2012a. 2018. p. 2.

305 [Drabsch ()] *Briefing Paper n° 1/2013. NSW Parliamentary Research Service*, Talina Drabsch . [https:](https://www.parliament.nsw.gov.au/researchpapers/Documents/the-australian-curriculum/The%20Australian%20Curriculum.pdf)  
306 [://www.parliament.nsw.gov.au/researchpapers/Documents/the-australian-curriculum/](https://www.parliament.nsw.gov.au/researchpapers/Documents/the-australian-curriculum/The%20Australian%20Curriculum.pdf)  
307 [The%20Australian%20Curriculum.pdf](https://www.parliament.nsw.gov.au/researchpapers/Documents/the-australian-curriculum/The%20Australian%20Curriculum.pdf) 2013. 2019. p. 8. (The Australian Curriculum)

308 [Reid] *Changing Australian Education: How policy is taking us backwards and what can be done about it*, Alan  
309 Reid . (London: Allen&Unwin, 2019. E-book)

310 [Wales ()] *Education Standards Authority (NESA)*, Nsw. New South Wales . [https://educationstandards.](https://educationstandards.nsw.edu.au/wps/portal/nesa/home)  
311 [nsw.edu.au/wps/portal/nesa/home](https://educationstandards.nsw.edu.au/wps/portal/nesa/home). Acesso em 2019. p. 19. (S/D) Disponível em)

312 [López ()] *Equidad educativa y desigualdad social: desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano*,  
313 N López . 2005. Buenos Aires: IIPE -UNESCO.

314 [Savage et al. ()] *Equity and marketisation: emerging policies and practices in Australian education*,  
315 Glenn & Savage , Sellar , & Sam , Radhika Gorur . [https://www.researchgate.net/](https://www.researchgate.net/publication/263407322_Equity_and_marketisation_emerging_policies_and_practices_in_Australian_education)  
316 [publication/263407322\\_Equity\\_and\\_marketisation\\_emerging\\_policies\\_and\\_practices\\_](https://www.researchgate.net/publication/263407322_Equity_and_marketisation_emerging_policies_and_practices_in_Australian_education)  
317 [in\\_Australian\\_education](https://www.researchgate.net/publication/263407322_Equity_and_marketisation_emerging_policies_and_practices_in_Australian_education). Acesso em: 06 de jan. 2019 2013.

318 [Government Finance Statistics] *Government Finance Statistics*, [https://www.abs.gov.au/ausstats/](https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/4DA8D1A017737074CA257B4E0013BDE0?opendocument)  
319 [abs@.nsf/0/4DA8D1A017737074CA257B4E0013BDE0?opendocument](https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/4DA8D1A017737074CA257B4E0013BDE0?opendocument) p. . AUSTRALIA. Australian  
320 Bureau of Statistics (ABS)

321 [Reid (2009)] *Is this a revolution? A critical analysis of the Rudd government's national education agenda.*  
322 *Artigo baseado no texto da palestra apresentada pelo autor na Conferência Bienal da ACSA em 2 out*, Alan  
323 Reid . <https://acsa.edu.au/pages/images/ACSA%20Boomer%20address.pdf>. Acesso em 2009. 19  
324 jul. 2019.

325 [Halasz and Michel ()] *Key competences in Europe: Interpretation, 235 policy formulation and implementation*,  
326 G Halasz , A Michel . 10.1111/j.1465-3435.2011.01491.x>. <[https://onlinelibrary.wiley.com/doi/](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1465-3435.2011.01491.x)  
327 [abs/10.1111/j.1465-3435.2011.01491.x](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1465-3435.2011.01491.x)> 2011. 2019. Wiley. p. 11. (Online Library, 12 ago)

328 [Macintyre ()] *Keynote Address presented at the Australian Curriculum Studies Association Con-*  
329 *ference, 2 out*, Stuart Macintyre . 2009. 2019. Canberra, ACT. (The Challenge of His-  
330 tory in the National Curriculum. Disponível em: <[https://www.acsa.edu.au/pages/images/Stu](https://www.acsa.edu.au/pages/images/Stuart%20Macintyre%20Keynote%20address.pdf)  
331 [art%20Macintyre%20Keynote%20address.pdf](https://www.acsa.edu.au/pages/images/Stuart%20Macintyre%20Keynote%20address.pdf)>. Acesso em: 18 abr)

332 [Assessment and Authority ()] *Learning Area Consultation Data*, Acara Assessment , Re-  
333 porting Authority . 2014. 2019. (Australian Curriculum. Disponível em: [https://docs.](https://docs.acara.edu.au/resources/Australian_Curriculum_Learning_Area_Consultation_Data_2008-2013.pdf)  
334 [acara.edu.au/resources/Australian\\_Curriculum\\_Lear](https://docs.acara.edu.au/resources/Australian_Curriculum_Learning_Area_Consultation_Data_2008-2013.pdf)  
335 [ning\\_Area\\_Consultation\\_Data\\_2008-2013.pdf](https://docs.acara.edu.au/resources/Australian_Curriculum_Learning_Area_Consultation_Data_2008-2013.pdf).  
Acesso em: 22 out)

336 [Australia (2008)] *Melbourne Declaration on Educational Goals for Young Australians*, Australia .  
337 [http://www.curriculum.edu.au/verve/\\_resources/National\\_Declaration\\_on\\_the\\_](http://www.curriculum.edu.au/verve/_resources/National_Declaration_on_the_Educational_Goals_for_Young_Australians.pdf)  
338 [Educational\\_Goals\\_for\\_Young\\_Australians.pdf](http://www.curriculum.edu.au/verve/_resources/National_Declaration_on_the_Educational_Goals_for_Young_Australians.pdf). Acesso em 2008. 11 mar. 2019.

339 [Agência Australiana De Currículo and Avaliação E Disseminação ()] *Processo de desenvolvimento do Cur-*  
340 *rículo Versão 6*, Acara Agência Australiana De Currículo , Avaliação E Disseminação . [http://](http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2012012012b)  
341 [movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/201](http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2012012012b) 2012b.

342 [Australia and Donnelly-Wiltshire ()] *Review of the Australian Curriculum: Final Report*, Australia  
343 , Donnelly-Wiltshire . [https://docs.education.gov.au/system/files/doc/other/review\\_of\\_](https://docs.education.gov.au/system/files/doc/other/review_of_the_national_curriculum_final_report.pdf)  
344 [the\\_national\\_curriculum\\_final\\_report.pdf](https://docs.education.gov.au/system/files/doc/other/review_of_the_national_curriculum_final_report.pdf) 2014. 2019. p. 8. (Report)

## 5 CONCLUSÃO

---

- 345 [Australia. Australian and Curriculum] *Senior secondary overview*, Australia. Australian , Curriculum . [https://www.australiancurriculum.edu.au/media/3627/ss\\_info-sheet\\_overview.pdf](https://www.australiancurriculum.edu.au/media/3627/ss_info-sheet_overview.pdf) p. .  
346
- 347 [McGaw ()] *Statement from ACARA Chair Professor Barry McGaw*, Barry McGaw . [https://docs.acara.edu.au/resources/Statement\\_from\\_ACARA\\_Chair\\_Professor\\_Barry\\_McGaw.pdf](https://docs.acara.edu.au/resources/Statement_from_ACARA_Chair_Professor_Barry_McGaw.pdf). Acesso em  
348 2010. 2019. p. 22. (Avaliação e Disseminação (ACARA), 23 set)  
349
- 350 [Scarini (ed.)] *The Australian Curriculum and its conceptual base: a critical analysis*, Angela Scarini . REID,  
351 Alan (ed.)
- 352 [Reid et al. ()] 'The Australian curriculum: promises, problems and possibilities'. Alan ; Reid , Alan ; Reid ,  
353 Deborah Price . *Canberra: Australian curriculum Studies Association (ACSA)* 2018. (The journey towards  
354 the first Australian curriculum)
- 355 [Price ()] 'The Australian curriculum: promises, problems and possibilities'. Deborah Price . *Canberra: Aus-*  
356 *tralian curriculum Studies Association (ACSA)* 2018.
- 357 [Rose and Robert ()] *The Australian national curriculum: perspectives of teachers and school administrators on*  
358 *issues and concerns surrounding implementation. Thesis submitted in fulfilment of the requirements for the*  
359 *degree of Doctor of Philosophy*, John Rose , Robert . 2015. University of Adelaide
- 360 [Savage ()] 'Who's steering the ship? National curriculum reform and the re-shaping of Australian federalism'.  
361 Glenn C Savage . 10.1080/02680939.2016.1202452. DOI: 10. 1080/02680939.2016.1202452. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02680939.2016.1202452> *Journal of Education Policy* 2016.  
362 2019. (6) p. 11.  
363